



ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR: MATRÍCULA E PRÁTICA DOCENTE

Fabricia Zanelato Bertolde
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Brasil
Endereço eletrônico: bertoldi.fabricia@hotmail.com.

Jeanes Martins Larchert
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Brasil
Endereço eletrônico: jelarchert@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A partir do século XX, iniciaram intensas discussões voltadas para a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares, documentos oficiais como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), a Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), respaldavam essas discussões. Em destaque, a deficiência intelectual – D.I. é uma das mais encontradas em crianças e jovens, atingindo 1% dessa população (VASCONCELOS, 2004). A D.I. é uma redução no desenvolvimento cognitivo, acarretando, em alguns casos, um desenvolvimento neuropsicomotor mais lento na fala e em outras habilidades. Nesta perspectiva esse trabalho apresenta resultado parcial da pesquisa realizada no mestrado PPGE/UESC, e tem como objetivo analisar o índice de matrícula dos alunos com deficiência nas escolas regulares do município de Eunápolis – BA.

Esses estudos estão inseridos no campo da inclusão educacional, compreendida como um processo contemporâneo e relevante, designada aos educandos que pertencem a uma parte pequena da sociedade que, por múltiplos motivos, não estavam matriculados nas escolas regulares. (AINSCOW, 1997) Segundo a Resolução CNE/CEB nº 2, art. 3º (2001) a educação inclusiva,

(...) assegura recursos e serviços educacionais especializados, organizados institucionalmente para apoiar e complementar os serviços educacionais comuns, a fim de promover e garantir o desenvolvimento das potencialidades do educando com necessidade educacional especial, em todas as modalidades da educação básica (BRASIL, 2001, p.1).

A educação escolar tem como finalidade maior a formação da pessoa,



contrapondo-se à ênfase ainda dominante na formação para o trabalho. Adorno (1995) critica a educação voltada apenas ou predominantemente para a adaptação, a formação não deve se restringir à reprodução da sociedade vivente, necessita proporcionar a crítica desta sociedade, tornando-a justa, igualitária, propícia à liberdade. Nesta perspectiva, o ensino deve organizar-se para suprir as necessidades dessas pessoas.

Segundo dados calculados a partir do censo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP), como ilustrado na Tabela 1, a matrícula dos alunos com necessidades especiais vem crescendo gradativamente.

Tabela 1 – Número de matrículas de alunos com necessidades especiais nos de 2014 até 2018 no Brasil

ANO	EDU. INFANTIL	ENS. FUNDAMENTAL	ENS. MÉDIO	EJA	TOTAL
2014	61.374	652.473	57.754	111.963	886.815
2015	64.048	882.667	65.757	114.905	930.683
2016	69.784	709.805	75.059	113.825	917.372
2017	79.749	768.360	94.274	120.515	1.066.446
2018	91.394	837.993	116.287	130.289	1.181.276

Verifica que esse aumento nas matrículas demonstra que as discussões sobre as práticas relacionadas à deficiência estão sendo produtivas e provocando mudanças significativas nos conceitos, nas legislações, nas práticas educacionais e de gestão, dessa forma garantindo a permanência desses alunos (MEC, 2008).

É por meio da educação que se podem analisar as atitudes e, dessa forma conseguir modificá-la, conforme Adorno (1972), “a formação, a diferenciação individual, ocorre através da cultura, pois ao adquiri-la esses conceitos nos permitirá expressar nossos desejos, sofrimentos expectativas”. A escola deve trabalhar tendo em vista uma educação inclusiva com oportunidades de aprendizagem para alunos com deficiência, tem-se solicitado sua organização tanto na acessibilidade quanto nas questões curriculares e pedagógicas, considerando que as escolas, em sua maioria, não



atendem a essas exigências que buscam a aprendizagem dos alunos com deficiência como ressaltado em estudos de Costa (2006,2007, 2009, 2011).

Dessa maneira, acredita-se que com a implementação das políticas públicas de educação e formação adequada de professores e, as expectativas para uma educação que proporcione o ingresso dos alunos que apresentam alguma deficiência ao currículo escolar e às classes regulares, utilizando-se de atividades pedagógicas que avaliem suas diferenças de aprendizagem, revelando a urgência por educação democrática, capaz de se constituir como alternativa para que se consiga superar as diferenças de aprendizagem como obstáculo ao acesso e permanência na escola pública, refletir sobre as posturas instauradas nas escolas é uma forma de buscar mudanças significativas nas atitudes das pessoas, principalmente nas envolvidas com o processo educacional dos alunos que apresentam alguma deficiência, só assim, pode-se almejar uma sociedade justa e humana (COSTA, 2012, p.89-110).

A formação de professores é um fator essencial para o sucesso dos alunos, principalmente quando se direciona a inclusão, pois o docente precisará ficar atento para toda e qualquer singularidade dentro da sala de aula. No art. 59. §3 da LDB diz que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, docentes com especificação adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996, p.25).

Mantoan (2003) afirma que ao educador compete estar e se sentir preparado para o convívio com os alunos com necessidades especiais, analisando todas as potencialidades intrínsecas em cada aluno, favorecendo um crescimento harmoniosos, com respeito, com aprendizados e com novos olhares. Porém, Tessaro (2005), ressaltou que a falta de preparo dos profissionais são uma das principais barreiras para o processo inclusivo.

METODOLOGIA

Buscamos averiguar se o crescimento da matrícula de alunos portadores de D.I. está acontecendo no município de Eunápolis/BA. A pesquisa foi realizada no município de Eunápolis/BA, com uma população demográfica de aproximadamente 112 318 habitantes (IBGE). Foram identificadas no município 48 escolas entre a educação infantil, fundamental dos anos iniciais e finais e EJA, as informações foram coletadas



nos momentos de visitas realizadas às escolas e a Secretaria de Educação do município de Eunápolis, durante as visitas realizamos as entrevistas e o preenchimento de uma planilha baseada no censo escolar 2018. A entrevista versou sobre o número de alunos matriculados com deficiência e qual o tipo de deficiência. Verificamos que o município possui um total de 944 matrículas de alunos com deficiência nas escolas regulares, entre as deficiências encontrou-se: DI – Deficiência Intelectual, DF – Deficiência Física, TGD – Transtorno Global de Desenvolvimento, Síndrome de Down e Baixa Visão.

RESULTADOS

Durante a análise dos dados constatamos que o município tem procurado cumprir com a legislação, atendendo a matrícula dos alunos com deficiência na escola regular, contudo, mesmo sendo significativo o aumento de matrículas sabemos que ainda não atende a totalidade dos alunos com deficiência que estão fora da escola.

Os alunos que estão ingressando nas escolas, além de estarem frequentando regularmente as escolas no turno oposto, recebem apoio no Atendimento Educacional Especializado (AEE), salas estruturadas para oferecer apoio pedagógico aos alunos com deficiência. O município possui o Centro de Atendimento Especializado próprio – CAEEDE, composto por uma equipe multidisciplinar: fonoaudiólogo, psicólogo, psicopedagogo, musicoterapeuta, assistente social, pedagogo, psicanalista que auxiliam os alunos e as escolas com atendimento individualizado, cursos de formações com temas que abrangem as deficiências encontradas nas escolas.

As análises nos mostram que a cidade de Eunápolis está tentando realizar um trabalho de inclusão dos alunos com deficiência, mesmo com as dificuldades de recursos humanos e financeiros que são encontradas nas escolas. Os resultados nos mostram que as matrículas, tanto no âmbito nacional como municipal, estão crescendo consideravelmente, dessa forma a formação continuada voltada para essa demanda é de extrema urgência.

CONCLUSÃO

Para que o processo de inclusão aconteça de forma verdadeira e que abranja os alunos que apresentam a D.I, todos os envolvidos nesse processo precisam se debruçar e buscar novos métodos e refletir sobre as atuais atitudes. Pois é inevitável o crescimento



das matrículas nas escolas regulares dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

Faz-se necessário preparar os professores com urgência através de um processo de inserção progressiva, assim poderão aceitar e relacionar-se com seus diferentes alunos, conseqüentemente, com suas diferenças e necessidades individuais (FONSECA, 1995).

Porém, os docentes só poderão adotar esta atitude se forem favoravelmente equipados com recurso pedagógicos, se a formação atender a especificidade: meios de avaliar seus alunos e elaborar objetivos específicos, se estiverem instrumentados para analisar a eficiência dos programas pedagógicos, preparados para a superação dos medos e preconceitos e contarem com uma orientação eficiente para a mudança de mentalidade e aquisições de novas competências.

PALAVRAS-CHAVES: Inclusão; Ensino Regular; Formação de Professores.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. Teoria de la seudocultura. In: _____. Filosofia y superstición. Madrid: Alianza Editorial, 1972. P. 141-174. Publicado originalmente em 1959.
- ADORNO, T. W. Educação após Auschwitz. In: _____ Educação e emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. Publicado originalmente em 1967.
- CARVALHO, A.M.P.; GIL-PÉREZ, D. Formação de Professores de Ciências. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- COSTA, VA da. Formação de professores e educação inclusiva frente às demandas humanas e sociais: para quê. O Professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, p. 89-110, 2012.
- FONSECA, V. Educação Especial. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér, Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
- TESSARO, N. S. et al. Inclusão escolar: visão de alunos sem necessidades educativas especiais. Psicol. Esc. Educ., v.9, n.1, jun. 2005.